

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo

Class.: 12p

Data 17 de Janeiro de 1976

Pg.: \_\_\_\_\_

## Padre do Cimi desafia a Funai e visita reserva

Do correspondente em  
LONDRINA

O padre Antonio Iasi, secretário do Cimi — Conselho Indigenista Missionário, proibido pela Funai, no ano passado, de visitar qualquer reserva indígena do país, está desafiando o órgão indigenista: pretende ignorar essa determinação e prosseguir em seus contatos com os grupos indígenas que porventura necessitem de assistência. Ontem, ele somente não permaneceu numa reserva no Paraná para não "complicar o chefe do posto, pois respeito mais um sertanista do que o presidente da Funai". Garantiu, contudo, que irá manter sua decisão: "Se me detiverem ou me agredirem, tarão que explicar os motivos. Sou um padre e estou defendendo o índio. Ele é que deve determinar se sou nocivo ou não para sua comunidade".

A proibição foi estipulada em maio do ano passado, pelo presidente do órgão indigenista, general Ismarth de Araujo Oliveira. Um decreto nesse sentido incluía além do nome do padre Antonio Iasi, o do missionário Eugenio Sewade. O decreto informava que a decisão fora tomada em virtude de os religiosos terem rompido um pacto de cavalheiros denunciando irregularidades na assistência ao índio à imprensa, em lugar de levar o assunto diretamente à Funai".

Sobre esse assunto, Antonio Iasi afirma que nunca foi possível um diálogo com a Funai. Mesmo porque "ela pensava que estávamos comprados, somente porque algumas vezes elaboramos levantamentos de reservas. Não eramos seus funcionários. Não lhe devíamos satisfações".

Até o momento, os padres ainda não aceitaram o veto, por não verem motivos suficientes para uma atitude drástica como essa, sobretudo porque envolve a frase "polícia em caso de desobediência do decreto". Mas, agora, o padre Iasi resolveu ignorar essa decisão, exigindo um diálogo com a Funai, "para que explique com dados "por que somos nocivos ao índio, se sempre defendemos seus direitos?". Mesmo que para isso, necessito ir preso: "Assim, precisarão dar a resposta que procuro".

O padre decidiu iniciar esse desafio à Funai, ontem, no Pa-

raná, visitando o posto indígena Apucarana, em Tamarana, distrito de Londrina. Ao se apresentar ao chefe do posto, Getulio Couto Pereira, o padre Iasi, apresentou-se como missionário e disse que iria fazer um levantamento no local para apurar as condições de vida dos índios. Quando mencionou seu nome, o sertanista mudou bruscamente sua atitude, dizendo: "Tenho em mãos um telegrama do presidente da Funai, proibindo sua entrada aqui. Queira se retirar".

Depois de um áspero diálogo no qual o chefe do posto chegou a ameaçar um pedido de interferência da Polícia Federal — o que, contudo, não demoveu o padre de seu objetivo inicial — o incidente foi contornado. Diante da afirmação do sertanista de que poderia permanecer no posto mas que "eu serei o único prejudicado", o padre decidiu se retirar "para não complicar um sertanista, pois tenho mais respeito por ele do que pelo presidente da Funai". Antonio Iasi, contudo, não abandonou seu propósito. Disse que hoje mesmo visitará outro posto indígena e continuará a tentar, "até que me permitam desenvolver meu trabalho novamente".

Afirmando que a Funai é um "monstro de enorme cabeça, mas pés de barro", o missionário Antonio Iasi, voltou a criticar a falta de estrutura do órgão, para atender o índio.

"A Funai é hoje o que era há tempos o SPI — Serviço de Proteção ao Índio — disse — um simples órgão de promoção particular e que defendia unicamente os interesses governamentais. Está atuando como uma repartição de abertura de campos inexploráveis para dar início a projetos pioneiros. Primeiramente, vai na frente e domina o índio. Depois, o governo vem atrás e implanta estradas e obras, que aos poucos vão extinguindo sua espécie".

Antonio Iasi não acredita que o problema do índio seja solucionado, com a política que o governo imprime à Funai. "As reservas indígenas são depredadas e os índios explorados nas barbas da Funai, que a tudo assiste passivamente. Vinte tribos na Amazonia ainda não têm áreas delimitadas. Os que têm as vêem invadidas por posseiros, que na maior parte das vezes são empresas de influência no país. Mesmo que queiram tirá-las agora, será muito difícil".